

Apresentação do dossiê

“Justiça Socioambiental: Múltiplas Dimensões e Perspectivas”

Allívia Rouse Carregosa Rabbani¹

Roberto Muhájir Rahnemay Rabbani²

Rahma Bentirou Mathlouthi³

Existem vários conflitos e judicializações sobre o uso dos espaços naturais e urbanos. A justiça socioambiental constitui um conceito jurídico-político que transcende a mera interseção entre justiça social e proteção ambiental, emergindo como uma abordagem normativa que busca assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios e ônus decorrentes da exploração dos recursos naturais, bem como o reconhecimento e a proteção dos direitos das populações mais vulneráveis.

No âmbito jurídico, se traduz na necessidade de harmonizar a aplicação das normas ambientais com os princípios de justiça distributiva, procedimental e de reconhecimento, visando mitigar as desigualdades socioeconômicas que agravam os impactos ambientais. Este conceito reflete o imperativo de garantir que as políticas ambientais não perpetuem ou amplifiquem as exclusões sociais, mas sim promovam a inclusão, a participação democrática e o respeito aos direitos humanos, especialmente no que tange às comunidades tradicionais e populações historicamente marginalizadas.

¹ Doutora em Investigação Agrícola e Florestal pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (IFBA/UFSB). Coordenadora do Polo de Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe – IFS. Editora de Layout da Revista Paubrasília. Editora convidada do dossiê “Justiça socioambiental: múltiplas dimensões e perspectivas” da Revista Campos Neutrais. E-mail: alliviarouse@hotmail.com

² Doutor em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Professor da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (IFBA/UFSB) e em Estado e Sociedade (UFSB). Coordenador convidado do dossiê “Justiça socioambiental: múltiplas dimensões e perspectivas” dos Campos Neutrais Journal. E-mail: robertorabbani@gmail.com

³ Doutora em Direito pela Universidade de Grenoble-Alpes (França) e Universidade de Neuchâtel (Suíça). Professora associada da Haute École de Travail social Fribourg - HES-SO (Suíça). Coordenadora convidada do dossiê “Justiça socioambiental: múltiplas dimensões e perspectivas” da Revista Campos Neutrais. E-mail: rahma.bentiroumathlouthi@hefr.ch

Assim, a justiça socioambiental opera como um marco teórico e prático alinhado com os alvos de equidade, sustentabilidade e dignidade humana. Por isso, existem muitos desafios que devem ser explorados e estes estão relacionados a insuficiência de normas jurídicas específicas, pela fragmentação das abordagens legislativas e pela necessidade de interpretações jurisprudenciais que considerem a interseção entre direitos humanos e temas transversais de sustentabilidade.

Nesse contexto, a realização de estudos interdisciplinares, dentro da perspectiva da Justiça socioambiental, é de fundamental importância, pois oferece a base teórica e empírica necessária para a elaboração de normas mais eficazes, a criação de mecanismos jurídicos mais adaptados às realidades locais e a consolidação de um entendimento jurídico que possa influenciar positivamente a formulação de políticas públicas dentro da esfera socioambiental. Esses estudos não apenas ampliam o conhecimento sobre os desafios e as possibilidades de integração, mas também fornecem subsídios essenciais para a construção de um direito comprometido aos ecossistemas em que os seres humanos estão inseridos.

O dossiê “Justiça socioambiental: múltiplas dimensões e perspectivas” nasceu com o intuito de fomentar este debate acadêmico e de contribuir para o desenvolvimento desta temática, sendo apoiado e idealizado pelo projeto de pesquisa e extensão “Judicialização das desigualdades ambientais e empoderamento de comunidades tradicionais no Brasil e no México: análises comparativas, perspectivas interdisciplinares” pelo Programa *Leading House of Latin America* (Universidade de Saint Gallen, Suíça) e pela Secretaria de Estado de Educação, Pesquisa e Inovação da Suíça, bem como do projeto “Fortalecimento da resiliência socioambiental: uma parceria internacional entre Brasil, Suíça e México”, apoiado pela Assessoria de Relações Internacionais (Arinter) do Instituto Federal da Bahia (IFBA) [Edital 003/2023/ARINTER/IFBA], ambos aprovados em 2023. Sendo coordenados pelas professoras Profa. Dra. Rahma Bentirou Mathlouthi (HETS-FR, Suíça), Allívia Rouse Carregosa Rabbani (IFBA, Brasil) e a Profa. Dra. Armelle Gouritin (CentroGeo, México).

Assim, o dossiê conta com a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, o que reflete o papel da Revista como espaço de reflexão nesse contexto de tensões e acontecimentos contemporâneos na sociedade. Ao cruzar com os resultados deste projeto internacional, materializa o esforço acadêmico, além de ser uma plataforma de disseminação e discussão das desigualdades ambientais e sociais. Reveste-se de especial importância, na

medida em que reúne um conjunto de análises críticas e interdisciplinares sobre temas fundamentais para a efetivação de direitos e a promoção de uma ordem socioambiental mais equitativa e sustentável, como pontuaremos a seguir.

A Rahma Bentirou Mathlouthi, doutora em Direito pela Universidade de Grenoble-Alpes (França) e Universidade de Neuchâtel (Suíça), professora associada da Haute École de Travail social Fribourg (HES-SO, Suíça), e demais colaboradores, abrem o dossiê explanando sobre o conceito de justiça socialmente, sua importância dentro de um contexto multidisciplinar e a relevância do dossiê neste debate.

Em seguida George Martins Oliveira, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), e colaboradores, explora a construção e utilização de indicadores de vulnerabilidade como ferramentas essenciais para o planejamento e gestão em cenários socioambientais e socioeconômicos. A revisão integrativa realizada revela a importância desses indicadores, apesar de suas limitações, na formulação de estratégias de mitigação e adaptação a riscos.

O trabalho proposto por Felipe Franz Wienkie, doutor em Direito pela UFRGS, professor da FURG e professor convidado da Universidade de Rennes (França), e Pauline Cuvelier da École Normale Supérieure de Rennes (França), discute os instrumentos políticos capazes de promover uma produção agrícola mais justa e ambientalmente sustentável. O artigo sugere um redirecionamento das políticas econômicas como chave para uma transição agroecológica de larga escala no Brasil, integrando justiça socioambiental ao desenvolvimento rural.

Depois, o artigo proposto por Roberto Muhájir Rahnemay Rabbani, especialista em Direito e Tributação Ambiental, doutor e mestre em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela (USC, Espanha), professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e demais colaboradores, propõe uma análise crítica da monocultura do eucalipto e seus impactos socioambientais, sugerindo a implementação de uma figura tributária que funcione como ferramenta de justiça fiscal. Esta proposta visa mitigar os efeitos negativos da monocultura e promover uma redistribuição mais justa dos benefícios econômicos.

Posteriormente, Luana Silva da Rosa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Lorena Cândido Fleury, doutora em Sociologia pela UFRGS, professora da UFRGS, analisam as consequências desproporcionais da crise climática sobre populações vulneráveis, utilizando o exemplo da Ocupação Steigleder durante a passagem de um ciclone

extratropical no Rio Grande do Sul. O artigo destaca a urgência de políticas de adaptação às mudanças climáticas que considerem as realidades socioeconômicas e culturais dessas comunidades.

O artigo escrito por Ricardo Almeida Cunha, atuante da área de Tecnologias Ambientais, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), e colaboradores, apresentam um estudo de caso sobre o saneamento na comunidade Pataxó em Porto Seguro - BA, destacando a interseção entre práticas culturais e questões ambientais. Este artigo oferece uma perspectiva sobre a importância da água não apenas como recurso, mas também como elemento central na vida e na cultura das comunidades tradicionais.

Em seguida, David Silva de Souza, pesquisador e doutor em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e Maria Claudia Crespo Brauner, doutora em Direito pela Université de Rennes (França), professora da Faculdade de Direito da FURG, examinam os processos de luta e resistência das comunidades quilombolas no Brasil. O artigo oferece uma análise histórica e contemporânea das batalhas por reconhecimento e posse de terras, destacando casos específicos no Rio Grande do Sul.

O dossiê é finalizado com Roberto M. R. Rabbani, professor e doutor em Direito, e colaboradores, discutindo as controvérsias em torno do marco temporal como critério para a demarcação de terras indígenas, analisando os debates jurídicos e políticos em torno dessa questão. O artigo sublinha a importância do diálogo intercultural e da promoção de políticas inclusivas como caminhos para superar os desafios associados a essa questão.

Em suma, o dossiê oferece uma contribuição a ciência e a sociedade, reunindo estudos que abordam questões complexas e que propõem caminhos que dialogam com as demandas contemporâneas por justiça e sustentabilidade. Deseja-se, então, uma excelente leitura com votos de que o presente dossiê "Justiça Socioambiental: Múltiplas Dimensões e Perspectivas" contribua para o debate público e uma compreensão crítica dos acontecimentos.